

ESCOLA NAVAL

Edital 5/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
5/2026	762400-ESCOLA NAVAL	JULIANA SANTOS DE ABREU	18/03/2026 14:37 (v 0.7)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		63099.000390/2026-33

1. DO OBJETO

PREGÃO ELETRÔNICO

05/2026

CONTRATANTE (UASG)

762400-ESCOLA NAVAL

OBJETO

Aquisição de materiais de apoio ao ensino, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 4.008.042,700

# DATA DA SESSÃO PÚBLICA

De acordo com a publicação no PNCP (horário de Brasília)

## Critério de Julgamento:

Menor preço

## Modo de disputa:

Aberto

## TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

## MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO



**ESCOLA NAVAL**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026**

**(Processo Administrativo nº 63099.000390/2026-33)**

Torna-se público que Escola Naval, por meio do setor de Obtenção, sediada na Av. Sylvio de Noronha s/n.º, Ilha de Villegagnon, Castelo, Rio de Janeiro–RJ, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

### 1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é aquisição de materiais de apoio ao ensino conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. Em caso de divergência no Catmat, prevalecem as descrições dos itens conforme planilha anexa ao TR.

1.4. No presente processo, os itens oriundos deste certame poderão ser renovados em sua totalidade em caso de necessidade da administração, sendo observada a manutenção da vantajosidade. A celebração de tal feito ocorrerá por meio de termo aditivo dentro do prazo da vigência da ARP.

1.5. Julgamento por item e apresentação de documentação

1.5.1. A presente licitação terá, em observância à Súmula TCU nº 247, julgamento POR ITEM que estabelece a obrigatoriedade de permitir adjudicação por item quando o objeto for divisível, sendo que cada item constitui unidade autônoma de análise, classificação e habilitação.

1.5.2. Nas fases de julgamento e habilitação, cada licitante deverá apresentar proposta e documentação individualizada para cada item no qual tenha interesse em participar.

1.5.3. O julgamento das propostas será realizado de forma independente para cada item, podendo um mesmo licitante ser classificado em primeiro lugar em um ou mais itens.

1.5.4. A habilitação será verificada individualmente para cada item no qual o licitante tenha sido classificado em primeiro lugar.

1.5.5. Obrigações de apresentação individualizada por item

1.5.5.1. Durante as fases de julgamento e habilitação, os licitantes deverão apresentar, OBRIGATORIAMENTE, para CADA ITEM no qual participem:

1.5.5.1.1. Proposta de preços detalhada e individualizada;

1.5.5.1.2. Documentação de habilitação específica, quando exigida;

1.5.5.1.3. Catálogos técnicos dos produtos de cada item e/ou amostras, quando aplicável;

1.5.5.1.4. Planilhas de custos individualizadas, quando aplicável; e

1.5.5.1.5. Quaisquer outros documentos solicitados pelo pregoeiro.

1.5.6. Efeitos da apresentação inadequada.

1.5.6.1. O licitante que deixar de apresentar adequadamente a documentação para qualquer item será:

1.5.6.1.1. DESCLASSIFICADO especificamente no item para o qual não apresentou a proposta ou documentação exigida;

1.5.6.1.2. INABILITADO no item em questão, sem prejuízo dos demais itens; e

1.5.6.1.3. Convocado o próximo colocado para análise apenas no item não atendido.

1.5.7. Vedações na apresentação

1.5.7.1. É expressamente vedado:

1.5.7.1.1. Apresentar documentação "em lote" ou "agrupada" para múltiplos itens;

1.5.7.1.2. Referenciar um item à documentação de outro item; e

1.5.7.1.3. Apresentar proposta única para múltiplos itens, salvo quando expressamente permitido.

1.5.8. Organização da documentação no sistema eletrônico

1.5.8.1. Mesmo que o sistema eletrônico permita o upload de documentos de forma agrupada, cabe ao licitante organizar e identificar claramente qual documentação se refere a cada item específico, preferencialmente em arquivos separados e identificados por item.

1.5.8.2. A identificação inadequada da documentação por item poderá ensejar solicitação de esclarecimentos ou desclassificação/inabilitação do item específico.

#### 1.5.9. Adjudicação final

1.5.9.1. Após as fases de julgamento e habilitação, a adjudicação será realizada por item, podendo resultar em múltiplos adjudicatários para o mesmo processo licitatório.

1.5.9.2. A adjudicação de um item não condiciona nem interfere na adjudicação dos demais itens.

## 2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

## 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Para os itens 1, 4, 5, 6, 8, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 20, 21, 25, 26 e 27, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.9. Não poderão disputar esta licitação:

3.9.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.9.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.9.3. sociedades cooperativas;

3.9.4. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.9.5. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.9.6. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.9.7. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.9.8. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.9.9. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.9.10. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.9.11. Considerando a baixa complexidade da aquisição e a ampla disponibilidade dos itens no mercado, a reunião de pessoas jurídicas em consórcio não se mostra necessária.

3.9.12. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. O impedimento de que trata o item 3.10.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.10.5 e 3.10.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.14. O disposto nos itens 3.9.5 e 3.9.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.16. A vedação de que trata o item 3.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

## **4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO**

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

## **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.2 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

5.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.7.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.7.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.8. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.8.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.8.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.8.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.8.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.8.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.8.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.8.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.8.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.13.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.13.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.14.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.14.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário do item;

6.1.2. marca;

6.1.3. fabricante;

6.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo de itens conforme tabela constante junto ao anexo do TR.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 1,00 (um real) para os itens 9, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22 e 23 e R\$ 0,01 (um centavo) para os demais itens.

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. O modo de disputa adotado para o envio de lances na licitação será modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.18.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

7.18.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

7.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.19.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

7.19.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.19.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.19.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.19.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.19.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.19.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.21.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.21.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.21.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023;

7.21.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024.

7.22. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.22.1. empresas brasileiras;

7.22.2. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.22.3. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.23. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.24.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.24.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.24.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.24.4. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.24.5. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.24.6 Os licitantes deveram apresentar todo e qualquer documentação solicitada via chat para o item a qual tenha ofertado sobre pena de desclassificação/inabilitação ao seu chamamento dentro do prazo proposto para apresentação.

7.25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **8. DA FASE DE JULGAMENTO**

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicaf;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. conter vícios insanáveis;

8.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.9. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.9.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.9.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.10.1 A exequibilidade em questão, quando solicitada em diligências, deverá evidenciar o vulto ao valor ofertado no item em questão, devendo a licitante demonstrar a compatibilidade e os valores compatíveis com o item.

8.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

8.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.13. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## **9. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

9.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SicaF.

9.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia quando solicitados pelo Pregoeiro ou Equipe de Apoio.

9.5 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.6 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.7 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.8 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.9 A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.9.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.10.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.11. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.11.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.11.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.12.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.12.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.13. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em prazo proporcional ao cedido, para:

9.13.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.13.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.13.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.13.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.14. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.

9.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9.20. A certidão de falência ou correlata, que não expressar a validade em seu inteiro teor, será considerada válida até 30 (trinta) dias da data de sua expedição.

## **10. DO TERMO DE CONTRATO**

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 7 (sete) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 7 (sete) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 7 (sete) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

## 11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item (ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, **poderá** ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

## **12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## **13. DOS RECURSOS**

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo\\_proposta&pagina=1](https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1) quando divulgado no mesmo.

## **14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

14.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.3.3. impedimento de licitar e contratar e

14.3.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 5% a 10% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido

por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## **15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: [en.licitacao@marinha.mil.br](mailto:en.licitacao@marinha.mil.br)

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://licitacoescontratos.marinha.mil.br>

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

16.11.2. Anexo II – Minuta de Ata de Registro de Preços;

16.11.3. Anexo III – Modelo de Proposta de Preços;

16.11.4. Anexo IV – Modelo de Planilha de custos e formação de preços.

## 17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**VICTOR DA SILVA SCOTELLARO**

Autoridade competente

## ESCOLA NAVAL

## Termo de Referência 3/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
3/2026	762400-ESCOLA NAVAL	WAGNER EMYGDIO RIBEIRO	21/01/2026 13:09 (v 0.6)
Status			
ASSINADO			

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		NUP: 63099.000390/2026-33

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de materiais de apoio ao ensino nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UF	REQ. MIN	REQ. MÁX	QTDE TOTAL	VALOR UNITÁRIO EM R\$	VALOR TOTAL EM R\$
1	624053	Luminária Tubular Sobrepor Led Slim 6000k 120cm 40w Cor Branco frio 110V/220V (Bivolt). Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes no Catálogo Unificado de Materiais (CATMAT), prevalecem as descrições.	UN	35	350	350	200,000	70.000,00
2	624053	Luminária Tubular De Sobrepor Led Slim 54w Branco Frio 120cm. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes no Catálogo Unificado de Materiais (CATMAT), prevalecem as descrições.	UN	50	500	500	222,500	111.250,00
3	624053	Luminária Comercial Calha Sobrepor Slim 2x18w 1250mm Tubular T8 com 14 Aletas. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes no Catálogo Unificado de Materiais (CATMAT), prevalecem as descrições.	UN	50	500	500	362,460	181.230,00
4	631980	ROTEADOR sem fio (WLAN) tipo Mesh para cobertura Wi-Fi de alta performance. Modelo de Referência - HUAWEI Wi-Fi Mesh 3 (AX3000 / WS8100) ou equivalente; Tecnologia Sem Fio - Padrão Wi-Fi 6 Plus (IEEE 802.11 b/g/n/ax para 2,4 GHz e IEEE 802.11 a/n/ac/ax para 5 GHz); Velocidade Máxima (Teórica) - Até 3000 Mbps (574 Mbps em 2,4 GHz e 2402 Mbps em 5 GHz); e Cobertura de Sinal - Cada unidade (nó) deve prover cobertura de aproximadamente 200m², escalável com módulos adicionais (ex: kit com 2 unidades cobre até 400m²). Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes no Catálogo Unificado de Materiais (CATMAT), prevalecem as descrições.	UN	3	30	30	855,000	25.650,00
5	437009	Bibliocanto - Material: Chapa Aço 18, Largura: 10 CM, Altura: 20 CM, Tratamento Superficial: Antiferruginoso Por Fosfatização, Profundidade: 20 CM, Características Adicionais: Abas Laterais e Frontais, Fundo Aberto. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes no Catálogo Unificado de Materiais (CATMAT), prevalecem as descrições.	UN	40	400	400	44,500	17.800,00
6	350169	Caixa Bibliográfica - Material: Aço Sae 1010, Comprimento: 20 CM, Largura: 10 CM, Altura: 20 CM, Tratamento Superficial: Antiferruginoso,	UN	50	500	500	50,860	25.430,00

		Acabamento Superficial: Antiferruginoso, Fosfatizante, Pintura Eletrostática, Aplicação: Acondicionamento De Periódicos, Características Adicionais: Fechamento Superior Frontal Com Porta Etiqueta. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes no Catálogo Unificado de Materiais (CATMAT), prevalecem as descrições.						
7	625191	Detector Fumaça - Material: Plástico Abs, Tipo: Pontual; Térmico; Endereçável, Princípio Detecção: Temperatura, Padrão: Termovelocimétrico, Área Proteção: 36 M2, Diâmetro: 100 MM, Altura: 40 MM, Cor: Branca. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes no Catálogo Unificado de Materiais (CATMAT), prevalecem as descrições.	UN	30	300	300	<b>318,900</b>	95.670,00
8	630065	Expositor/Suporte de Livros em Acrílico, Modelo X, Dobrável, Cantos Arredondados. Especificações Gerais: Material: Acrílico (PS Cristal ou similar de alta transparência e resistência). Design: Formato em "X" (cruzado), permitindo sustentar livros abertos ou fechados. Acabamento: Cantos arredondados para segurança e estética, evitando arranhões. Cor: Transparente. Dimensões: 25cm (altura) x 14cm (largura). Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes no Catálogo Unificado de Materiais (CATMAT), prevalecem as descrições.	UN	1	10	10	<b>98,000</b>	980,00
9	604250	Projeto 4K - Projeto Multimídia Tipo Lâmpada: Led , Voltagem: Bivolt V, Quantidade Entradas Vídeo: 4 UN, Tipo Zoom: Digital , Tipo: Interativo , Características Adicionais: Conexão: Hdmi, Usb, Wi-Fi , Luminosidade Mínima: 4.000 LM, Tipo Projeção: Frontal , Resolução: 1.280 X 800. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes no Catálogo Unificado de Materiais (CATMAT), prevalecem as descrições.	UN	1	4	4	<b>55000,000</b>	220.000,00
10	616709	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE PERSIANAS PARA AS SALAS DE AULA - Persianas Material: Alumínio, Tipo: Horizontal, Tipo Luminosidade: Não Aplicável , Tratamento Superficial: Não Aplicável, Tamanho das Lâminas: 50 MM, Aplicação: Ambiente Profissional, medida aproximada por unidade 2M X 2M, cor cinza. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes no Catálogo Unificado de Materiais (CATMAT), prevalecem as descrições.	M2	90	900	900	<b>277,125</b>	249.412,50
11	616709	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE PERSIANAS PARA AS SALAS DE AULA - Persianas Material: Alumínio, Tipo: Horizontal, Tipo Luminosidade: Não Aplicável , Tratamento Superficial: Não Aplicável, Tamanho das Lâminas: 25 MM, Aplicação: Ambiente Profissional, medida aproximada por unidade 2M X 2M, cor cinza. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes no Catálogo Unificado de Materiais (CATMAT), prevalecem as descrições.	M2	16	160	160	<b>277,125</b>	44.340,00
12	607934	Alto-Falante - Impedância: 8 OHMS, Sensibilidade: 89 DBM, Potência Nominal: 80 W, Potência Máxima: 160 W, Tipo: Coaxial, Formato: Redondo, Acessórios: Arandela De Teto P/Alto-Falante De 6,5 Pol, Aplicação: Auditório, Material: Cone, Polipropileno, Borda Borracha, Carcaça Metal , Resposta Frequência: 60hz – 22khz. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes no Catálogo Unificado de Materiais (CATMAT), prevalecem as descrições.	UN	25	250	250	<b>279,220</b>	69.805,00
13	632616	Caixa Som Potência: 1.600 W, Voltagem: Bivolt V, Aplicação: Uso Em Geral, Características Adicionais: Tipo Torre, Componentes Adicionais: Bluetooth Para Streaming Sem Fio. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes no Catálogo Unificado de Materiais (CATMAT), prevalecem as descrições.	UN	1	8	8	<b>4905,000</b>	39.240,00
14	480211	MICROFONES FLEXÍVEL DE MESA SEM FIO - Microfone Tipo: De Mesa, Frequência de Resposta: 60 Hz - 17 KHZ, Características Adicionais: Conector Usb, Plug And Play, Aplicação: Videoconferência, Padrão: Omnidirecional, Acessórios: Cabo De No Mínimo 1,5m. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes no Catálogo Unificado de Materiais (CATMAT), prevalecem as descrições.	UN	2	20	20	<b>625,000</b>	12.500,00
15	606301	MESA DE HIGIENIZAÇÃO DE DOCUMENTOS com Exaustor centrífugo, fabricado em PVC rígido, com rotor em fibra de vidro acoplado a um motor monofásico de 6 pólos ½ hp de 220 volts, dinamicamente	UN	1	2	2	<b>8530,000</b>	17060

		balanceado e com capacidade de sucção mínima de 50 mmca, com finalidade de sugar as sujidades dos documentos que estão sendo higienizados; e de proteção do ambiente e do operador; o Velocidade de fluxo na entrada do Box 0.7 m/s; o Nível de ruído 65 dB, no máximo; o 02 filtros em material sintético (poliéster), de fácil remoção, para limpeza periódica; o 02 grelhas em PVC com estrutura de alumínio para garantir maior desempenho dos filtros; o Tampa basculante, em acrílico de 5 milímetros com filtro UV, fixada com dobradiças de latão cromado; o 04 rodízios giratórios com proteção de borracha, de 4 polegadas de diâmetro, sendo 2 com sistema de freio; o Estrutura e tampo constituídos em madeira laminada, sendo a estrutura com revestimento externo em laminado melamínico texturizado e o tampo em laminado postforming texturizado, ambos na cor casca de ovo. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes no Catálogo Unificado de Materiais (CATMAT), prevalecem as descrições.						
16	602332	Amplificador Som Quantidade Canais: 2 UN, Potência Canal: 150 W, Tensão Trabalho: 100/240 V, Características Adicionais: Bluetooth, Usb, Cd Card, Controle Remoto. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes no Catálogo Unificado de Materiais (CATMAT), prevalecem as descrições.	UN	3	30	30	<b>2575,000</b>	77.250,00
17	604789	Display Interativo Digital Touch Screen de 86 polegadas, para uso em ambientes educacionais/corporativos, com as seguintes características técnicas mínimas: Tamanho da Tela 86 polegadas (diagonal) Variação máxima de 1" aceita; Tecnologia do Pannel LCD com retroiluminação D-LED (Direct LED) ou similar, tipo IPS ou VA; Resolução Nativa Ultra HD (UHD) 4K (3840 x 2160 pixels); Proporção da Imagem Widescreen 16:9; Brilho Mínimo de 300-350 cd/m² ; Contraste Mínimo de 4000:1 (típico); Taxa de Atualização 60 Hz ; Ângulo de Visão 178° (Horizontal e Vertical) ; Tempo de Resposta Máximo de 8ms (G to G) ; Profundidade de Cor 10 bits Vidro de Proteção Temperado, anti-reflexo, à prova de explosão, com espessura de no mínimo 4 mm ; Tecnologia Touch Multitoque, com capacidade para no mínimo 20 a 40 pontos de toque simultâneos ; Sistema Operacional Integrado, com compatibilidade com sistemas operacionais externos (Windows, macOS, ChromeOS) ; Processador/OPS (Opcional, mas recomendado) Entrada para computador embarcado (OPS - Open Pluggable Specification), com requisitos mínimos de hardware; Memória (Interna /RAM) Mínimo de 4 GB de RAM e 32 GB de armazenamento interno; Conectividade Wi-Fi integrado, Ethernet (RJ45), múltiplas portas HDMI (in /out), USB (3.0), entrada e saída de áudio P2 Áudio Alto-falantes integrados, potência mínima total de 20W RMS; Fixação Compatibilidade com padrão VESA para fixação em parede ou suporte móvel ; Software Inclusão de software interativo para quadro branco digital, compatível com o sistema operacional e funcionalidades de nuvem Acessórios Inclusos Canetas touch, controle remoto, cabos de conexão (HDMI, USB), suporte de parede ; Certificação Certificação ANATEL obrigatória. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes no Catálogo Unificado de Materiais (CATMAT), prevalecem as descrições.	UN	1	2	2	<b>55300,000</b>	110.600,00
18	620906	Alto-falante tipo subwoofer, com diâmetro nominal de 6 (seis) polegadas, para reprodução de frequências graves e subgraves, para aplicação em sistema de sonorização (automotivo, profissional ou outro, dependendo da necessidade). Especificações Técnicas Mínimas Requeridas: Diâmetro Nominal: 6 polegadas (aproximadamente 15,24 cm). Potência RMS (Root Mean Square): Mínimo de 100 Watts RMS. Impedância Nominal: 4 Ohms ou 8 Ohms. Resposta de Frequência: Faixa de resposta de frequência dedicada a graves, por exemplo, de 40 Hz a 800 Hz. Sensibilidade: Mínimo de 88 dB SPL @ 1W/1m. Material do Cone: Celulose, polipropileno ou material de rigidez e durabilidade comparáveis. Borda: Borracha ou material flexível e resistente. Carcaça/Chassi: Chapa de aço estampado ou material de alta resistência. Tipo de Bobina: Simples ou dupla (especificar conforme a necessidade do	UN	2	20	20	<b>2682,000</b>	53.640,00

		projeto). Garantia: Mínimo de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes no Catálogo Unificado de Materiais (CATMAT), prevalecem as descrições.						
19	627943	Fornecimento e instalação de cortina de isolamento acústico com as seguintes especificações Técnicas Mínimas - Material e Composição: A cortina deve ser composta por múltiplas camadas de materiais de 5 a 7 camadas, com propriedades de isolamento e absorção sonora, com tecidos densos e materiais específicos como lã de PET 40 kg/m3 com 25 mm ou espuma acústica. O tecido externo deve ser resistente, de fácil limpeza e com acabamento estético na cor cinza. - Desempenho Acústico: Capacidade de redução sonora (isolamento) no mínimo de 30dB a 33dB, devendo o licitante apresentar o laudo técnico ou certificação do fabricante, que comprove o desempenho acústico declarado, baseado em normas reconhecidas. - Características Adicionais: Medidas: 1,85 x 2,10 m, com dimensões exatas a serem confirmadas em visita técnica obrigatória. - Sistema de Fixação e Instalação - velcro de alta fixação. O produto e sua instalação deverão estar em conformidade com as normas técnicas brasileiras (ABNT), em especial a NBR 10151, que estabelece os critérios para avaliação de níveis de pressão sonora em áreas habitadas, e a NBR 15575 (Norma de Desempenho de Edificações), no que couber. Documentação Exigida na Habilitação/Proposta: Catálogo técnico detalhado do fabricante, com descrição das camadas e materiais utilizados. Laudo de desempenho acústico, emitido por laboratório credenciado, indicando a redução em decibéis (dB) ou o coeficiente de absorção /isolamento sonoro. Atestado de Capacidade Técnica da empresa licitante que comprove a execução anterior de serviços similares. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes no Catálogo Unificado de Materiais (CATMAT), prevalecem as descrições.	UN	10	100	100	2235,000	223.500,00
20	608477	Fornecimento e instalação de Desumidificador. Capacidade: Ambiente Com 1500 M3, Coletor: 50 L/dia, Voltagem: 110 e 220. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes no Catálogo Unificado de Materiais (CATMAT), prevalecem as descrições.	UN	1	4	4	12100,000	48.400,00
21	626393	Mesa Áudio / Vídeo - Switcher De Vídeo Quantidade Canais: 2 UN, Tipo Entrada: 4 Entradas Hdmi , Tipo Saída: 2 De Vídeo E 1 Auxiliar , Equalização: 6 Bandas , Controle Ganho: Separado Por Canal DB, Tensão Alimentação: 110/220. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes no Catálogo Unificado de Materiais (CATMAT), prevalecem as descrições.	UN	1	2	2	8700,000	17.400,00
22	623982	Mesa escolar com tampa fixa - Mesa com a estrutura toda em madeira de tauari (madeira seca em estufa, imunizada e de lei, legalizada pelo IBAMA). Tampo e divisórias em MDF maciço de 25 mm revestido com laminado de POST FORMING branco. Dimensões: 100 cm de comprimento, 79,5 cm de altura e 60 cm de largura, pés das mesas com 5 cm X 5 cm , com 4,5 cm de tampo após os pés das mesas de cada lado (modelo anexo). Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes no Catálogo Unificado de Materiais (CATMAT), prevalecem as descrições.	UN	50	500	500	1500,405	750.202,50
23	623982	Mesa escolar baú com tampa móvel - Mesa com a estrutura toda em madeira de tauari (madeira seca em estufa, imunizada e de lei, legalizada pelo IBAMA). Tampo e divisórias em MDF maciço de 25mm revestido com laminado de POST FORMING branco. Dimensões: 100 cm de comprimento, 79,5 cm de altura e 60 cm de largura, pés das mesas com 5 cm X 5 cm, com 4,5 cm de tampo após os pés das mesas de cada lado (modelo anexo). Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes no Catálogo Unificado de Materiais (CATMAT), prevalecem as descrições. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes no Catálogo Unificado de Materiais (CATMAT), prevalecem as descrições.	UN	50	500	500	1500,405	750.202,50
24	629806	Cadeira escolar com a estrutura toda em madeira de tauari (madeira seca em estufa, imunizada e de lei, legalizada pelo IBAMA). Com o assento e encosto em MDF maciço de 6mm revestido com laminado de POST FORMING branco. Dimensões: 86 cm de altura, 40 cm de largura e 40 cm	UN	50	500	500	850,930	425.465,00

		de comprimento (modelo anexo). Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes no Catálogo Unificado de Materiais (CATMAT), prevalecem as descrições.						
25	604784	A Caixa de Hidrante - Confeccionadas em chapa de aço 21. - Pintura eletrostática a base de epóxi na cor vermelha. - Com veneziana para ventilação. - Modelo de Sobrepor. - Visor em Acrílico com a palavra "INCÊNDIO". - Suporte para Mangueiras Tipo Meia Lua. - Com furos para fixação. - Pré furos nas laterais para a entrada da tubulação. - Capacidade Mangueiras de 1 1/2" ou 2 1/2". Profundidade 17 cm X Largura 46 cm X Altura 76 cm. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes no Catálogo Unificado de Materiais (CATMAT), prevalecem as descrições.	UN	2	12	12	<b>800,000</b>	9.600,00
26	625976	CABOS HDMI 15 M blindado. Cabo Extensor Tipo: Blindado Com Filtro 2.0 , Tipo Saída: Usb 2.0, Conectores Macho E Fêmea , Comprimento: 15 M, Características Adicionais: Resolução: Full Hd / Hd / 3d / Definição De Até , Tipo Cabo: Hdmi , Padrão: Banda Larga De Até 18 Gbps , Frequência Nominal: 50/60 HZ, Material Condutor: Cobre , Material Cobertura: Pvc , Diâmetro Nominal: 6 MM, Material Conector: Latão Banhado A Ouro. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes no Catálogo Unificado de Materiais (CATMAT), prevalecem as descrições.	UN	2	20	20	<b>175,000</b>	3.500,00
27	619752	CABOS HDMI 10 M blindado. Cabo Extensor Tipo: Extensor , Tipo Saída: Usb Fêmea , Comprimento: 10 M, Aplicação: Audio E Vídeo , Características Adicionais: Taxa De Transferência: 480 Mbps , Tensão Operação: 5 V, Padrão: Usb 2.0 , Corrente Máxima: 5 MA, Material Condutor: Cobre , Material Cobertura: Pvc , Material Conector: Alumínio Revestido De Ouro Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes no Catálogo Unificado de Materiais (CATMAT), prevalecem as descrições.	UN	2	20	20	<b>165,760</b>	3.315,20
28	624053	Luminária comercial calha embutir 2 lâmpadas tubular, 15 Aletas, material alumínio. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes no Catálogo Unificado de Materiais (CATMAT), prevalecem as descrições.	UN	60	600	600	<b>330,000</b>	198.000,00
29	602331	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PELÍCULA PROTETORA DE CONTROLE SOLAR G5 FILM OU SIMILAR DO TIPO FUMÊ (INSULFILME), LINHA PROFISSIONAL DE 5% OU SIMILAR, COM RETENÇÃO MÍNIMA DE 60% DE ENERGIA SOLAR ANTIRISCO E GARANTIA DE 03 (TRÊS) ANOS CONTRA DESBOTAMENTO. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes no Catálogo Unificado de Materiais (CATMAT), prevalecem as descrições.	M2	180	1800	1800	<b>87,000</b>	156.600,00
							<b>4.008.042,700</b>	

- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. Conforme estabelecido no Parágrafo Único do Art. 1º do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, o Plano Anual de Contratações é dispensável ao Comando da Marinha. Apesar disso, a contratação está em consonância com o disposto no Planejamento Estratégico Organizacional (PEO) da Escola Naval do Rio de Janeiro.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2 Em caso de divergência no CATMAT, descrições ou tabelas, prevalecem as descrições dos itens conforme planilha do Termo de Referência, bem como valores do mesmo.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **Sustentabilidade**

4.1. Todas as atividades do contratado deverão obedecer legislação que defina responsabilidades ecológicas e sustentáveis para sua execução. Para a contratação, são estabelecidas as exigências constantes no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis - em sua última versão, com o intuito de mitigar possíveis impactos ambientais.

#### **Subcontratação**

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **Garantia da contratação**

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **Condições de Entrega**

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 15 dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho pelo contratado, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 ( cinco ) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Escola Naval - Divisão de Recursos Instrucionais (DRI), Av. Almirante Silvio de Noronha, s/nº, Castelo, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20021-010, em dias úteis, de segunda a sexta feira, das 9 às 15 horas.

#### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

### **Fiscalização**

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### **Fiscalização Técnica**

6.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.8. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.11. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

### **Fiscalização Administrativa**

6.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

### **Gestor do Contrato**

6.15. Cabe ao gestor do contrato:

6.15.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.15.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.15.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.15.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.15.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.15.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.15.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Recebimento**

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 2 (dois) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

### **Liquidação**

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A5]

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Cessão de Crédito**

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

### **Reajuste**

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data de assinatura da Ata de Registro de Preços.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### **Forma de fornecimento**

9.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

### **Critérios de aceitabilidade de preços**

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será conforme tabela constante no item 1.1. deste Termo de Referência.

9.3.1. Valores unitários: conforme tabela constante no item 1.1. deste Termo de Referência.

### **Exigências de habilitação**

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

9.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A6]

9.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou

estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;[A8]

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.[A9]

### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.22. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.23. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.24. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.25. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.26. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 58.427,18 (cinquenta e oito mil, quatrocentos e vinte e sete reais e dezoito centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10.3. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.3.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.3.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.3.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.3.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

## **12. DISPOSIÇÕES FINAIS**

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas

Rio de Janeiro/RJ, na data da assinatura.

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

13.1. Não se aplica.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA


Por meio deste instrumento, ..... (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital* , no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.


Local-UF, ..... de ..... de 20.... .


\_\_\_\_\_  
(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado digitalmente  
 **THATIANE CUNHA RODRIGUES**  
Data: 21/01/2026 23:38:22-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>  
  
**THATIANE CUNHA RODRIGUES**  
MEMBRO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO

Documento assinado digitalmente  
 **WAGNER EMYGDIO RIBEIRO**  
Data: 22/01/2026 08:07:32-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>  
  
**WAGNER EMYGDIO RIBEIRO**  
MEMBRO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO

 Assinou eletronicamente em 21/01/2026 às 13:09:48.

Despacho: Em cumprimento ao disposto no Inciso VIII, do Art 72 da Lei nº 14.133/21; e da competência a mim delegada pelo Art 1º, da Portaria 155 /EN/2025, aprovo o Termo de Referência.

**VICTOR DA SILVA SCOTELLARO**  
Autoridade competente



## ESCOLA NAVAL

**Estudo Técnico Preliminar 3/2026****1. Informações Básicas**

Número do processo: NUP: 63099.000390/2026-33

**2. Descrição da necessidade****Aquisição de materiais de apoio ao ensino**

Este documento visa analisar a viabilidade da presente aquisição, de forma a melhor atender, delinear, expor e assegurar a contratação do objeto a seguir:

**Aquisição de materiais de apoio ao ensino.**

Cabe registrar que a Escola Naval (EN), de acordo com o seu Regulamento, tem o propósito de preparar futuros Oficiais de Marinha para o desempenho dos cargos e o exercício das funções peculiares aos graus hierárquicos iniciais dos Corpos da Armada (CA), de Fuzileiros Navais (CFN) e de Intendentes da Marinha (CIM). Para a consecução do seu propósito, cabem à EN as seguintes tarefas, delineando, assim, a missão da mais antiga instituição de ensino de nível superior do Brasil:

- a) Conduzir as atividades curriculares do Ciclo Escolar, por meio de práticas acadêmicas, de pesquisa, militares-navais e físicas;
- b) supervisionar as atividades curriculares do Ciclo Pós-Escolar; e
- c) incentivar a produção acadêmica e de pesquisa científica, por intermédio da atuação de grupos de pesquisa autônomos ou em cooperação com centros de conhecimento e/ou órgãos de fomento, a fim de preparar futuros Oficiais de Marinha para o desempenho dos cargos e o exercício das funções peculiares aos graus hierárquicos iniciais dos CA, do CFN e do CIM.

Em situação de mobilização, conflito, estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal e em regimes especiais, cabem à EN as tarefas concernentes à mobilização e à desmobilização que lhe forem atribuídas pelas Normas e Diretrizes referentes à Mobilização Marítima e as emanadas pelo Diretor de Ensino da Marinha.

Para contribuir no alcance dos objetivos supramencionados, esta Escola possui diversos setores que exercem atividade-fim e atividade-meio.

Neste diapasão, a Divisão de Recursos Instrucionais (EN-14.2.1), subordinada ao Departamento de Apoio ao Ensino (EN-14.2), compete: Coordenar a utilização e manutenção de equipamentos e acessórios de ensino; Coordenar e controlar a manutenção dos compartimentos da SE; Imprimir e arquivar provas e testes; e Avaliar o desempenho e emitir conceito sobre o pessoal subordinado.

A aquisição dos equipamentos e materiais permitirá a garantia de uma educação de qualidade, oportunizando oferecer itens essenciais para renovação, substituição e atualização dos recursos instrucionais e de apoio ao ensino das salas de aulas, laboratórios e biblioteca da Escola Naval, considerando fatores como a frequência de utilização dos materiais e o desgaste natural decorrente do uso contínuo.

Desta forma, a aquisição em comento é consubstanciada na necessidade de prover equipamentos e materiais para atender o funcionamento e a rotineira manutenção das salas de aula, laboratórios, biblioteca desta Organização Militar, de modo proporcionar condições ideais para realização das atividades acadêmicas e honrar a qualidade do ensino em alto nível desta Academia.

## **JUSTIFICATIVA DO REGISTRO DE PREÇOS**

Será adotado o Sistema de Registro de Preços, haja vista a conveniência da contratação com previsão de forma parcelada conforme a necessidade, visando minimizar os riscos de desabastecimento e reduzir os custos necessários. Pois, esse possui uma vasta gama de vantagens, principalmente ao permitir a evolução significativa do planejamento das atividades precípuas da Administração.

O SRP, segundo Marçal Justen Filho<sup>1</sup>, *“apresenta diversas virtudes, propiciando a redução de formalidades e a obtenção de ganhos econômicos para a Administração Pública”*. Tal o é que, diante de situação que se amolde às hipóteses previstas na Lei Federal nº 14.133/21 e em regulamentação própria, a adoção do Sistema de Registro de Preços constitui-se em verdadeira obrigação para o gestor, devendo apresentar justificativa em caso de não adoção.

O regulamento determina que nas licitações o planejamento deverá considerar a expectativa de consumo anual, e ser processada por meio de sistema de registro de preços, quando pertinente. (Art. 40, inciso II, e Art. 82, §5º, ambos da Lei Federal nº 14.133/21). Não se trata de nova modalidade de licitação, mas de um instrumento auxiliar das licitações e contratações, para a aquisição de bens e a contratação de serviços mediante a adoção das modalidades concorrência e pregão.

Ademais, a opção pelo Sistema de Registro de Preço originário de licitação, é a mais viável, pois possui características vantajosas para a administração pública, por exemplo o fato da existência de facultatividade na contratação do objeto licitado, sendo assim, a Administração tem a discricionariedade de agir conforme suas necessidades, podendo flexibilizar suas despesas, com a devida adequação aos recursos disponíveis.

Nesse sentido, justifica-se ainda a motivação para utilização do Sistema de Registro de Preços em razão da demanda ser eventual e futura, sendo utilizado o registro de acordo com a necessidade dos serviços demandados, levando em consideração o desgaste natural. Outro ponto que merece destaque é o emprego de recursos financeiros somente para o atendimento da demanda momentânea.

Desta forma, a utilização do Sistema de Registro de Preço, para a presente contratação, encontra arrimo no Art. 3º, inc. I e V do Decreto nº 11.462/2023 como segue:

" Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:

I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;

IV - quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32; ou

V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração."

## JUSTIFICATIVA PARA PERMISSÃO OU NÃO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Adesão à Ata de Registro de Preço poderá ser realizada por órgãos e entidades que se enquadrem e que atendam o Art. 31 do Decreto nº 11.462/2023 e seus incisos e parágrafos.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Departamento de Apoio ao Ensino	WAGNER EMYGDIO RIBEIRO

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de validade.

4.2. Em caso de divergência no CATMAT, descrições ou tabelas, prevalecem as descrições dos itens conforme planilha do Termo de Referência, bem como valores do mesmo.

4.3. O regime de execução é por preço unitário, permitindo que os participantes disputem individualmente cada produto, de modo a ampliar a competitividade e facilitar a participação de empresas especializadas em itens específicos.

4.4. Critérios e práticas de sustentabilidade:

4.4.1 Sempre que aplicável, os equipamentos elétricos e aparelhos telefônicos ofertados deverão possuir selo de eficiência energética, conforme regulamentação do Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE), coordenado pelo INMETRO. Em atendimento ao disposto no art. 17, II, da Lei nº 6.938/1981 e considerando as Fichas Técnicas de Enquadramento (FTEs) do IBAMA, será exigida dos fornecedores a comprovação de inscrição regular no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP), conforme aplicável às atividades classificadas como potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais, abrangendo os códigos:

FTE 5-1 – Fabricação de pilhas, baterias e acumuladores;

FTE 5-2 – Fabricação de material elétrico, eletrônico e equipamentos para telecomunicação e informática;

FTE 5-3 – Fabricação de aparelhos elétricos e eletrodomésticos;

FTE 5-4 – Fabricação de lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio, mercúrio e de luz mista.

4.4.2 A apresentação do CTF/APP e a referência à FTE correspondente serão obrigatórias para habilitação do fornecedor, garantindo conformidade com a legislação ambiental e promovendo práticas sustentáveis na execução da contratação.

4.4.3 A apresentação do Certificado de Regularidade será dispensada, caso o Pregoeiro logre êxito em obtê-lo mediante consulta on-line ao sítio oficial do IBAMA, anexando-o ao processo;

4.4.4 Caso o fabricante seja dispensado de tal registro, por força de dispositivo legal, o licitante deverá apresentar o documento comprobatório ou declaração correspondente, sob as penas de lei.

4.4.5 A contratada deverá assegurar, sempre que possível, o descarte ambientalmente adequado de resíduos e embalagens oriundas do fornecimento, preferencialmente por meio de logística reversa, observando os princípios da responsabilidade compartilhada, conforme art. 33 da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

## 5. Levantamento de Mercado

O mercado é maduro para atender as demandas da **aquisição de materiais de apoio ao ensino** apresentando uma diversidade de empresas com potencial em participar de licitações.

As possibilidades vislumbradas para a Escola Naval foram:

- a) licitar e adquirir os materiais pelo SRP; e
- b) manifestar interesse à Intenção de Registro de Preços.

A segunda alternativa foi descartada por conta da inexistência dos itens em Atas de Registro de Preços que possibilitassem a adesão.

Dessa forma, resta à Administração licitar e adquirir os materiais pelo SRP.

## 6. Descrição da solução como um todo

A **aquisição de materiais de apoio ao ensino** a ser licitada, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO** para **REGISTRO DE PREÇOS** com validade de 12 (doze) meses, estando presentes os elementos necessários à identificação dos itens que compõem o objeto, seus custos e todos os critérios para a participação de forma clara e concisa.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. As quantidades a serem demandadas consideram que este é o primeiro processo de **contratação de material de apoio ao ensino** no âmbito desta unidade. Não existem históricos anteriores ou dados de processos semelhantes que possam ser utilizados como referência para a estimativa de quantitativos. Dessa forma, a presente estimativa foi elaborada de forma inédita, com base nas necessidades atuais mapeadas junto às áreas **acadêmicas, pedagógicas e administrativas demandantes**, levando em consideração o consumo previsto para o período de **12 (doze) meses, a renovação, substituição e atualização dos recursos didáticos existentes e a reserva mínima necessária para reposição de itens essenciais**. Este levantamento foi realizado de maneira criteriosa, buscando assegurar a eficiência da contratação e a adequada execução das **atividades de ensino**, conforme o inciso V, Art. 3º do Decreto nº 11.462/2023.

7.2. Este órgão segue rigorosamente os procedimentos estabelecidos pela Instrução Normativa nº 65, de 07 de julho de 2021, que dispõe sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços. A referida normativa recomenda a priorização dos parâmetros I e II do Art. 5º como metodologias principais para obtenção de preços, garantindo a transparência e a eficiência do processo licitatório.

7.3. A estimativa das quantidades para atendimento das demandas de **material de apoio ao ensino** na Escola Naval foi realizada com base em análise criteriosa, considerando a inexistência de histórico sistematizado das necessidades. Anteriormente, os atendimentos eram realizados de forma pontual, por meio de aquisições diretas, o que não possibilitou a consolidação de um banco de dados estruturado sobre o consumo desses materiais.

7.4. Para suprir essa lacuna, foi adotada uma abordagem fundamentada na experiência prática dos profissionais das **áreas acadêmicas e de apoio ao ensino da Escola Naval**, que detêm conhecimento sobre as demandas recorrentes e as **necessidades acadêmicas e pedagógicas da instituição**. Foram considerados fatores como a **frequência de utilização dos materiais, o desgaste natural decorrente do uso contínuo, a necessidade de renovação, substituição e atualização de recursos didáticos, a ampliação de atividades educacionais e a previsão de novas demandas ao longo dos próximos doze meses**.

7.5. Portanto, a estimativa das quantidades foi **realizada com base na combinação de análise qualitativa e na experiência dos profissionais envolvidos no apoio ao ensino**. Esse processo visa garantir que os quantitativos especificados nos Estudos Técnicos Preliminares sejam suficientes para atender às demandas institucionais durante o período de vigência da contratação, assegurando a continuidade e a qualidade das atividades educacionais e administrativas da Escola Naval, conforme tabela abaixo.

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UF	REQ. MIN	REQ. MÁX	QTDE TOTAL	PU	PT
1	624053	Luminária Tubular Sobrepor Led Slim 6000k 120cm 40w Cor Branco frio 110V /220V (Bivolt). Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes no Catálogo Unificado de Materiais (CATMAT), prevalecem as descrições.	UN	35	350	350	<b>200,00</b>	70.000,00
2	624053	Luminária Tubular De Sobrepor Led Slim 54w Branco Frio 120cm. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes no Catálogo Unificado de Materiais (CATMAT), prevalecem as descrições.	UN	50	500	500	<b>222,50</b>	111.250,00
3	624053	Luminária Comercial Calha Sobrepor Slim 2x18w 1250mm Tubular T8 com 14 Aletas. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes no Catálogo Unificado de Materiais (CATMAT), prevalecem as descrições.	UN	50	500	500	<b>362,46</b>	181.230,00
4	631980	ROTEADOR sem fio (WLAN) tipo Mesh para cobertura Wi-Fi de alta performance. Modelo de Referência - HUAWEI Wi-Fi Mesh 3 (AX3000 / WS8100) ou equivalente; Tecnologia Sem Fio - Padrão Wi-Fi 6 Plus (IEEE 802.11 b/g/n/ax para 2,4 GHz e IEEE 802.11 a/n/ac/ax para 5 GHz); Velocidade Máxima (Teórica) - Até 3000 Mbps (574 Mbps em 2,4 GHz e 2402 Mbps em 5 GHz); e Cobertura de Sinal - Cada unidade (nó) deve prover cobertura de aproximadamente 200m², escalável com módulos adicionais (ex: kit com 2 unidades cobre até 400m²). Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes no Catálogo Unificado de Materiais (CATMAT), prevalecem as descrições.	UN	3	30	30	<b>855,00</b>	25.650,00
5	437009	Bibliocanto - Material: Chapa Aço 18, Largura: 10 CM, Altura: 20 CM, Tratamento Superficial: Antiferruginoso Por Fosfatização, Profundidade: 20 CM, Características Adicionais: Abas Laterais e Frontais, Fundo Aberto. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes no Catálogo Unificado de Materiais (CATMAT), prevalecem as descrições.	UN	40	400	400	<b>44,50</b>	17.800,00
6	350169	Caixa Bibliográfica - Material: Aço Sae 1010, Comprimento: 20 CM, Largura: 10 CM, Altura: 20 CM, Tratamento Superficial: Antiferruginoso, Acabamento Superficial: Antiferruginoso, Fosfatizante, Pintura Eletrostática, Aplicação: Acondicionamento De Periódicos, Características Adicionais: Fechamento Superior Frontal Com Porta Etiqueta. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes no Catálogo Unificado de Materiais (CATMAT), prevalecem as descrições.	UN	50	500	500	<b>50,86</b>	25.430,00
7	625191	Detector Fumaça - Material: Plástico Abs, Tipo: Pontual; Térmico; Endereçável, Princípio Detecção: Temperatura, Padrão: Termovelocimétrico, Área Proteção: 36	UN	30	300	300	<b>318,90</b>	95.670,00

		M2, Diâmetro: 100 MM, Altura: 40 MM, Cor: Branca. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes no Catálogo Unificado de Materiais (CATMAT), prevalecem as descrições.						
8	630065	Expositor/Suporte de Livros em Acrílico, Modelo X, Dobrável, Cantos Arredondados. Especificações Gerais: Material: Acrílico (PS Cristal ou similar de alta transparência e resistência). Design: Formato em "X" (cruzado), permitindo sustentar livros abertos ou fechados. Acabamento: Cantos arredondados para segurança e estética, evitando arranhões. Cor: Transparente. Dimensões: 25cm (altura) x 14cm (largura). Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes no Catálogo Unificado de Materiais (CATMAT), prevalecem as descrições.	UN	1	10	10	<b>98,00</b>	980,00
9	604250	Projeto 4K - Projeto Multimídia Tipo Lâmpada: Led , Voltagem: Bivolt V, Quantidade Entradas Vídeo: 4 UN, Tipo Zoom: Digital , Tipo: Interativo , Características Adicionais: Conexão: Hdmi, Usb, Wi-Fi , Luminosidade Mínima: 4.000 LM, Tipo Projeção: Frontal , Resolução: 1.280 X 800. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes no Catálogo Unificado de Materiais (CATMAT), prevalecem as descrições.	UN	1	4	4	<b>55.000,00</b>	220.000,00
10	616709	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE PERSIANAS PARA AS SALAS DE AULA - Persiana Material: Alumínio, Tipo: Horizontal, Tipo Luminosidade: Não Aplicável , Tratamento Superficial: Não Aplicável, Tamanho das Lâminas: 50 MM, Aplicação: Ambiente Profissional, medida aproximada por unidade 2M X 2M, cor cinza. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes no Catálogo Unificado de Materiais (CATMAT), prevalecem as descrições.	M2	90	900	900	<b>277,125</b>	249.412,50
11	616709	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE PERSIANAS PARA AS SALAS DE AULA - Persiana Material: Alumínio, Tipo: Horizontal, Tipo Luminosidade: Não Aplicável , Tratamento Superficial: Não Aplicável, Tamanho das Lâminas: 25 MM, Aplicação: Ambiente Profissional, medida aproximada por unidade 2M X 2M, cor cinza. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes no Catálogo Unificado de Materiais (CATMAT), prevalecem as descrições.	M2	16	160	160	<b>277,125</b>	44.340,00
12	607934	Alto-Falante - Impedância: 8 OHMS, Sensibilidade: 89 DBM, Potência Nominal: 80 W, Potência Máxima: 160 W, Tipo: Coaxial, Formato: Redondo, Acessórios: Arandela De Teto P/Alto-Falante De 6,5 Pol, Aplicação: Auditório, Material: Cone, Polipropileno, Borda Borracha, Carcaça Metal , Resposta Frequência: 60hz – 22khz. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes no Catálogo Unificado de Materiais (CATMAT), prevalecem as descrições.	UN	25	250	250	<b>279,22</b>	69.805,00
13	632616	Caixa Som Potência: 1.600 W, Voltagem: Bivolt V, Aplicação: Uso Em Geral, Características Adicionais: Tipo Torre, Componentes Adicionais: Bluetooth Para Streaming Sem Fio. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes no Catálogo Unificado de Materiais (CATMAT), prevalecem as descrições.	UN	1	8	8	<b>4.905,00</b>	39.240,00
14	480211	MICROFONES FLEXÍVEL DE MESA SEM FIO - Microfone Tipo: De Mesa, Frequência de Resposta: 60 Hz - 17 KHZ, Características Adicionais: Conector Usb, Plug And Play, Aplicação: Videoconferência, Padrão: Omnidirecional, Acessórios: Cabo De No Mínimo 1,5m. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes no Catálogo Unificado de Materiais (CATMAT), prevalecem as descrições.	UN	2	20	20	<b>625,00</b>	12.500,00
15	606301	MESA DE HIGIENIZAÇÃO DE DOCUMENTOS com Exaustor centrífugo, fabricado em PVC rígido, com rotor em fibra de vidro acoplado a um motor monofásico de 6 pólos ½ hp de 220 volts, dinamicamente balanceado e com capacidade de sucção mínima de 50 mmca, com finalidade de sugar as sujidades dos documentos que estão sendo higienizados; e de proteção do ambiente e do operador; o Velocidade de fluxo na entrada do Box 0.7 m/s; o Nível de ruído 65 dB, no máximo; o 02 filtros em material sintético (poliéster), de fácil remoção, para limpeza periódica; o 02 grelhas em PVC com estrutura de alumínio para garantir maior desempenho dos filtros; o Tampa basculante, em acrílico de 5 milímetros com filtro UV, fixada com dobradiças de latão cromado; o 04 rodízios giratórios com proteção de borracha, de 4 polegadas de diâmetro, sendo 2 com sistema de freio; o Estrutura e tampo constituídos em madeira laminada, sendo a estrutura com revestimento externo em laminado melamínico texturizado e o	UN	1	2	2	<b>8.530,00</b>	17060

		tampo em laminado postforming texturizado, ambos na cor casca de ovo. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes no Catálogo Unificado de Materiais (CATMAT), prevalecem as descrições.						
16	602332	Amplificador Som Quantidade Canais: 2 UN, Potência Canal: 150 W, Tensão Trabalho: 100/240 V, Características Adicionais: Bluetooth, Usb, Cd Card, Controle Remoto. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes no Catálogo Unificado de Materiais (CATMAT), prevalecem as descrições.	UN	3	30	30	<b>2.575,00</b>	77.250,00
17	604789	Display Interativo Digital Touch Screen de 86 polegadas, para uso em ambientes educacionais/corporativos, com as seguintes características técnicas mínimas: Tamanho da Tela 86 polegadas (diagonal) Variação máxima de 1" aceita; Tecnologia do Painel LCD com retroiluminação D-LED (Direct LED) ou similar, tipo IPS ou VA; Resolução Nativa Ultra HD (UHD) 4K (3840 x 2160 pixels); Proporção da Imagem Widescreen 16:9; Brilho Mínimo de 300-350 cd/m² ; Contraste Mínimo de 4000:1 (típico); Taxa de Atualização 60 Hz ; Ângulo de Visão 178° (Horizontal e Vertical) ; Tempo de Resposta Máximo de 8ms (G to G) ; Profundidade de Cor 10 bits Vidro de Proteção Temperado, anti-reflexo, à prova de explosão, com espessura de no mínimo 4 mm ; Tecnologia Touch Multitoque, com capacidade para no mínimo 20 a 40 pontos de toque simultâneos ; Sistema Operacional Integrado, com compatibilidade com sistemas operacionais externos (Windows, macOS, ChromeOS) ; Processador/OPS (Opcional, mas recomendado) Entrada para computador embarcado (OPS - Open Pluggable Specification), com requisitos mínimos de hardware; Memória (Interna/RAM) Mínimo de 4 GB de RAM e 32 GB de armazenamento interno; Conectividade Wi-Fi integrado, Ethernet (RJ45), múltiplas portas HDMI (in/out), USB (3.0), entrada e saída de áudio P2 Áudio Alto-falantes integrados, potência mínima total de 20W RMS; Fixação Compatibilidade com padrão VESA para fixação em parede ou suporte móvel ; Software Inclusão de software interativo para quadro branco digital, compatível com o sistema operacional e funcionalidades de nuvem Acessórios Inclusos Canetas touch, controle remoto, cabos de conexão (HDMI, USB), suporte de parede ; Certificação Certificação ANATEL obrigatória. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes no Catálogo Unificado de Materiais (CATMAT), prevalecem as descrições.	UN	1	2	2	<b>55.300,00</b>	110.600,00
18	620906	Alto-falante tipo subwoofer, com diâmetro nominal de 6 (seis) polegadas, para reprodução de frequências graves e subgraves, para aplicação em sistema de sonorização (automotivo, profissional ou outro, dependendo da necessidade). Especificações Técnicas Mínimas Requeridas: Diâmetro Nominal: 6 polegadas (aproximadamente 15,24 cm). Potência RMS (Root Mean Square): Mínimo de 100 Watts RMS. Impedância Nominal: 4 Ohms ou 8 Ohms. Resposta de Frequência: Faixa de resposta de frequência dedicada a graves, por exemplo, de 40 Hz a 800 Hz. Sensibilidade: Mínimo de 88 dB SPL @ 1W/1m. Material do Cone: Celulose, polipropileno ou material de rigidez e durabilidade comparáveis. Borda: Borracha ou material flexível e resistente. Carcaça/Chassi: Chapa de aço estampado ou material de alta resistência. Tipo de Bobina: Simples ou dupla (especificar conforme a necessidade do projeto). Garantia: Mínimo de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes no Catálogo Unificado de Materiais (CATMAT), prevalecem as descrições.	UN	2	20	20	<b>2.682,00</b>	53.640,00
19	627943	Fornecimento e instalação de cortina de isolamento acústico com as seguintes especificações Técnicas Mínimas - Material e Composição: A cortina deve ser composta por múltiplas camadas de materiais de 5 a 7 camadas, com propriedades de isolamento e absorção sonora, com tecidos densos e materiais específicos como lã de PET 40 kg/m3 com 25 mm ou espuma acústica. O tecido externo deve ser resistente, de fácil limpeza e com acabamento estético na cor cinza. - Desempenho Acústico: Capacidade de redução sonora (isolamento) no mínimo de 30dB a 33dB, devendo o licitante apresentar o laudo técnico ou certificação do fabricante, que comprove o desempenho acústico declarado, baseado em normas reconhecidas. - Características Adicionais: Medidas: 1,85 x 2,10 m, com dimensões exatas a serem confirmadas em visita	UN	10	100	100	<b>2.235,00</b>	223.500,00

		<p>técnica obrigatória.</p> <p>- Sistema de Fixação e Instalação - velcro de alta fixação.</p> <p>O produto e sua instalação deverão estar em conformidade com as normas técnicas brasileiras (ABNT), em especial a NBR 10151, que estabelece os critérios para avaliação de níveis de pressão sonora em áreas habitadas, e a NBR 15575 (Norma de Desempenho de Edificações), no que couber.</p> <p>Documentação Exigida na Habilitação/Proposta:</p> <p>Catálogo técnico detalhado do fabricante, com descrição das camadas e materiais utilizados.</p> <p>Laudo de desempenho acústico, emitido por laboratório credenciado, indicando a redução em decibéis (dB) ou o coeficiente de absorção/isolamento sonoro.</p> <p>Atestado de Capacidade Técnica da empresa licitante que comprove a execução anterior de serviços similares. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes no Catálogo Unificado de Materiais (CATMAT), prevalecem as descrições.</p>						
20	608477	Fornecimento e instalação de Desumidificador. Capacidade: Ambiente Com 1500 M3, Coletor: 50 L/dia, Voltagem: 110 e 220. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes no Catálogo Unificado de Materiais (CATMAT), prevalecem as descrições.	UN	1	4	4	<b>12.100,00</b>	48.400,00
21	626393	Mesa Áudio / Vídeo - Switcher De Vídeo Quantidade Canais: 2 UN, Tipo Entrada: 4 Entradas Hdmi , Tipo Saída: 2 De Vídeo E 1 Auxiliar , Equalização: 6 Bandas , Controle Ganho: Separado Por Canal DB, Tensão Alimentação: 110/220. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes no Catálogo Unificado de Materiais (CATMAT), prevalecem as descrições.	UN	1	2	2	<b>8.700,00</b>	17.400,00
22	623982	Mesa escolar com tampa fixa - Mesa com a estrutura toda em madeira de tauari (madeira seca em estufa, imunizada e de lei, legalizada pelo IBAMA). Tampo e divisórias em MDF maciço de 25 mm revestido com laminado de POST FORMING branco. Dimensões: 100 cm de comprimento, 79,5 cm de altura e 60 cm de largura, pés das mesas com 5 cm X 5 cm , com 4,5 cm de tampo após os pés das mesas de cada lado (modelo anexo). Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes no Catálogo Unificado de Materiais (CATMAT), prevalecem as descrições.	UN	50	500	500	<b>1.500,405</b>	750.202,50
23		Mesa escolar baú com tampa móvel - Mesa com a estrutura toda em madeira de tauari (madeira seca em estufa, imunizada e de lei, legalizada pelo IBAMA). Tampo e divisórias em MDF maciço de 25mm revestido com laminado de POST FORMING branco. Dimensões: 100 cm de comprimento, 79,5 cm de altura e 60 cm de largura, pés das mesas com 5 cm X 5 cm, com 4,5 cm de tampo após os pés das mesas de cada lado (modelo anexo). Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes no Catálogo Unificado de Materiais (CATMAT), prevalecem as descrições. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes no Catálogo Unificado de Materiais (CATMAT), prevalecem as descrições.	UN	50	500	500	<b>1.500,405</b>	750.202,50
24	629806	Cadeira escolar com a estrutura toda em madeira de tauari (madeira seca em estufa, imunizada e de lei, legalizada pelo IBAMA). Com o assento e encosto em MDF maciço de 6mm revestido com laminado de POST FORMING branco. Dimensões: 86 cm de altura, 40 cm de largura e 40 cm de comprimento (modelo anexo). Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes no Catálogo Unificado de Materiais (CATMAT), prevalecem as descrições.	UN	50	500	500	<b>850,93</b>	425.465,00
25	604784	A Caixa de Hidrante - Confeccionadas em chapa de aço 21. - Pintura eletrostática a base de epóxi na cor vermelha. - Com veneziana para ventilação. - Modelo de Sobrepor. - Visor em Acrílico com a palavra "INCÊNDIO". - Suporte para Mangueiras Tipo Meia Lua. - Com furos para fixação. - Pré furos nas laterais para a entrada da tubulação. - Capacidade Mangueiras de 1 1/2" ou 2 1/2". Profundidade 17 cm X Largura 46 cm X Altura 76 cm. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes no Catálogo Unificado de Materiais (CATMAT), prevalecem as descrições.	UN	2	12	12	<b>800,00</b>	9.600,00
26	625976	CABOS HDMI 15 M blindado. Cabo Extensor Tipo: Blindado Com Filtro 2.0 , Tipo Saída: Usb 2.0, Conectores Macho E Fêmea , Comprimento: 15 M, Características Adicionais: Resolução: Full Hd / Hd / 3d / Definição De Até , Tipo Cabo: Hdmi , Padrão: Banda Larga De Até 18 Gbps , Frequência Nominal: 50/60 HZ, Material Condutor: Cobre , Material Cobertura: Pvc , Diâmetro Nominal: 6	UN	2	20	20	<b>175,00</b>	3.500,00

		MM, Material Conector: Latão Banhado A Ouro. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes no Catálogo Unificado de Materiais (CATMAT), prevalecem as descrições.						
27	619752	CABOS HDMI 10 M blindado. Cabo Extensor Tipo: Extensor , Tipo Saída: Usb Fêmea , Comprimento: 10 M, Aplicação: Audio E Vídeo , Características Adicionais: Taxa De Transferência: 480 Mbps , Tensão Operação: 5 V, Padrão: Usb 2.0 , Corrente Máxima: 5 MA, Material Condutor: Cobre , Material Cobertura: Pvc , Material Conector: Alumínio Revestido De Ouro Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes no Catálogo Unificado de Materiais (CATMAT), prevalecem as descrições.	UN	2	20	20	<b>165,76</b>	3.315,20
28	624053	Luminária comercial calha embutir 2 lâmpadas tubular, 15 Aletas, material alumínio. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes no Catálogo Unificado de Materiais (CATMAT), prevalecem as descrições.	UN	60	600	600	<b>330,00</b>	198.000,00
29	602331	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PELÍCULA PROTETORA DE CONTROLE SOLAR G5 FILM OU SIMILAR DO TIPO FUMÊ (INSULFILME), LINHA PROFISSIONAL DE 5% OU SIMILAR, COM RETENÇÃO MÍNIMA DE 60% DE ENERGIA SOLAR ANTIRISCO E GARANTIA DE 03 (TRÊS) ANOS CONTRA DESBOTAMENTO. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes no Catálogo Unificado de Materiais (CATMAT), prevalecem as descrições.	M2	180	1800	1800	<b>87,00</b>	156.600,00

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 4.008.042,70

Este órgão segue o preconizado na Instrução Normativa nº 65, de 07 de julho de 2021, que dispõem sobre os procedimentos administrativos básicos para realização da pesquisa de preços.

Recomenda-se a priorização, como metodologia de obtenção dos preços, da utilização do Painel de Preços e as contratações similares de outros entes públicos.

Face ao exposto, foi utilizado o parâmetro previsto no inciso I, art. 5º, IN 65/2021, sendo empregada a metodologia da **mediana** de obtenção de preços de referência prevista no art. 6º da referida Instrução Normativa, conforme tabela constante no item 7, participando que o valor estimado encontra-se em conformidade com a realidade de mercado e com os preços praticados para a Administração Pública, de forma a evitar qualquer prejuízo ao erário.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Considerando-se o conceitual de bens divisíveis e indivisíveis:

- Bens divisíveis são os que se podem fracionar sem alteração na sua substância, diminuição considerável de valor, ou prejuízo do uso a que se destinam.
- Bens indivisíveis são aqueles que perdem a identidade ou perdem o valor, quando fracionado.

Considerando-se que é tecnicamente viável dividir a solução, é economicamente viável dividir a solução, não há perda de escala ao dividir a solução e há o melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade ao dividir a solução, os itens são bens divisíveis.

O objeto deverá ser parcelado por ser um bem divisível.

## **10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

Não há necessidade de contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

## **11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

O Plano de Contratações Anuais (PCA), conforme regulamentação constante no Decreto nº 10.947/2022, tem como objetivos racionalizar as contratações, garantir o alinhamento das despesas com os instrumentos de governança existentes, subsidiar a elaboração de leis orçamentárias, evitar o fracionamento de despesas e, ainda, de sinalizar ao mercado fornecedor as intenções de aquisições e contratações a serem operacionalizadas no âmbito da Administração Pública Federal Direta, autárquica e fundacional. Contudo, destaca-se que as Forças Armadas (FFAA) estão dispensadas da elaboração do PCA, nos termos do parágrafo único do art. 1º do Decreto nº 10.947/2022.

Todavia, em atendimento ao princípio do planejamento, de que trata o art. 5º da Lei nº 14.133/2021, a SGM-102 (5ª Revisão) NOLAM - MOD.1, em seu artigo 1.12, dispõe que a elaboração dos processos licitatórios e de afastamento de licitação, bem como dos acordos administrativos originários de tais processos, deve compatibilizar-se, obrigatoriamente, com o Programa de Aplicação de Recursos (PAR).

## **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

Os benefícios diretos que o órgão almeja com a aquisição nos moldes propostos, é a fiel observância dos artigos 5º e 11 da Lei nº 14.133, de 1º abril de 2021.

Desta forma, atingir o objetivo final que vem a ser o provimento de equipamentos e materiais, para atender o funcionamento e a rotineira manutenção das salas de aula, laboratórios e biblioteca desta Organização Militar, de modo proporcionar condições ideais para realização das atividades acadêmicas e honrar a qualidade do ensino em alto nível desta Academia.

## **13. Providências a serem Adotadas**

Não se vislumbra necessidades de tomada de providências de adequações para a solução ser contratada de aquisição e/ou serviço prestado.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

Para o referido processo não foram avaliados possíveis impactos ambientais.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1 Esta equipe de planejamento, conforme todas as alegações apresentadas, declara viável; e no presente estudo, foram utilizados todos os elementos previstos nos termos do art. 18, § 1º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**THATIANE CUNHA RODRIGUES**

Membro da equipe de planejamento

**WAGNER EMYGDIO RIBEIRO**

Autoridade competente



*Assinou eletronicamente em 08/04/2026 às 14:34:48.*

## ESCOLA NAVAL

## Ata de Registro de Preços 6/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
6/2026	762400-ESCOLA NAVAL	JULIANA SANTOS DE ABREU	03/03/2026 11:09 (v 0.4)
Status			
CONCLUIDO			

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		63099.000390/2026-33

## 1. DO OBJETO



Processo Administrativo nº '63099.000390/2026-33

Ata de Registro de Preços nº 06/2026

OA Escola Naval , com sede na Av. Sylvio de Noronha s/nº, Ilha de Villegagnon, Castelo, Rio de Janeiro/RJ inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.394.502/0099-58, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado (a) pela Portaria nº ..... de ..... de ..... de 202..., publicada no ..... de ..... de ..... de ....., portador da matrícula funcional nº, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº ...../202..., publicada no ..... de ...../...../202..., processo administrativo n.º 63099.000390/2026-33, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de materiais de apoio ao ensino, especificados no item 1.1 do Termo de Referência, anexo I do edital de licitação, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

## 2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item , fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]
------	---

do								
TR								
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

### 3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

- 3.1. O órgão gerenciador será a Escola Naval.
- 3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

### 4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- 4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
  - 4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
  - 4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
- 4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

#### Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

#### **Vedação a acréscimo de quantitativos**

4.8. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

## **5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Com fulcro no PARECER n. 00075/2024/DECOR/CGU/AGU, que elucida o art. 5º, art. 40 e aet. 84, da Lei 14.133/2021, c/c ao. Decreto n.º 11.462/caput 2023, os itens oriundos deste processo poderão ser renovados em sua totalidade ao quantitativo inicialmente registrado. Em caso de prorrogação de vigência da ata de registro de preços por necessidade da administração, bem como anuência da licitante, será observada a manutenção da vantajosidade aplicada ao(s) itens homologados por meio de pesquisa de mercado. Além disso, a celebração de tal feito ocorrerá por meio de Termo Aditivo dentro do prazo da vigência da ARP.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. *O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.*

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## **9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## 10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## 11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e *encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver)*.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

12. ANEXO

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

### 13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**JULIANA SANTOS DE ABREU**

Equipe de apoio

**TIMBRE OU LOGOTIPO DA PROPONENTE / CNPJ**

**MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

Preencher integralmente por processo mecânico ou eletrônico, sem emendas e rasuras; conter os preços em algarismos e por extenso, já incluídos todos os custos diretos e indiretos, transporte e entrega no local indicado pelo órgão/entidade contratante, seguros, tributos, remunerações, despesas fiscais e financeiras e quaisquer outras não mencionadas; ser datada e assinada por representante legal da empresa.

<b>DADOS DO PROPONENTE</b>	
Nome:	
Endereço:	
Telefone:	E-mail:
Elemento de Contato:	

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UF	QTD	VL.UNIT	VALOR TOTAL
1					
2					
3					
4					

<b>Valor Total da Proposta (por extenso):</b>
---

<b>VALIDADE DA PROPOSTA</b>
60 (sessenta) dias.

<b>LOCAIS DE ENTREGA DO MATERIAL</b>
ESCOLA NAVAL (EN) – Av. Almirante Sylvio de Noronha s/nº, Ilha de Villegagnon, Castelo, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20021-010.

<b>DADOS BANCÁRIOS</b>
Banco: Abc / xxx
Agência: (Número)
Conta Corrente: (Número)

Declaramos inteira submissão a presente proposta e legislação vigente.

Local, Rio de Janeiro, em,        de                      de 2026.

Assinatura representante legal da Empresa

**PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

Com base no Capítulo V Art. 59 Inciso III e IV da Lei 14.133/2021 e IN SEGES/ME n.º 73, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022 em seu capítulo VIII Art. 34 que versão sobre Exequibilidade esta administração apresenta um modelo de planilha de custos e formação de preços que pode ser utilizado (caso solicitado) como referência para a elaboração da sua planilha ato este em caso de ocorrência a ferimento dos termos da lei supracitados.

EMPRESA:				ENDEREÇO:					CNPJ:										DATA:	
				CUSTO DE AQUISIÇÃO / PRODUÇÃO UNITÁRIO - EM R\$ (A)					IMPOSTOS E TAXAS - EM R\$ (B)							CUSTO DE CARGA E DESCARGA - EM R\$ (C)	OUTROS CUSTOS - EM R\$ (D)	MARGEM DE LUCRO - EM R\$ (E)	CUSTO TOTAL DO ITEM (A+B+C+D+E = VALOR OFERTADO)	
ITEM	DESCRIÇÃO	UF	QTD	MATÉRIA PRIMA	MÃO DE OBRA DIRETA	EMBALAGEM	CUSTO OPERACIONAL	CUSTO DO PRODUTO	SIMPLES NACIONAL	ICMS	PIS	COFINS	CSLL	IR	OUTROS	FRETE	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	LUCRO		
1				R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00		
2				R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00		
3				R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00		
4				R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00		
5				R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00		
6				R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00		
7				R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00		
8				R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00		
9				R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00		
10				R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00		
11				R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00		

Assinatura do Representante